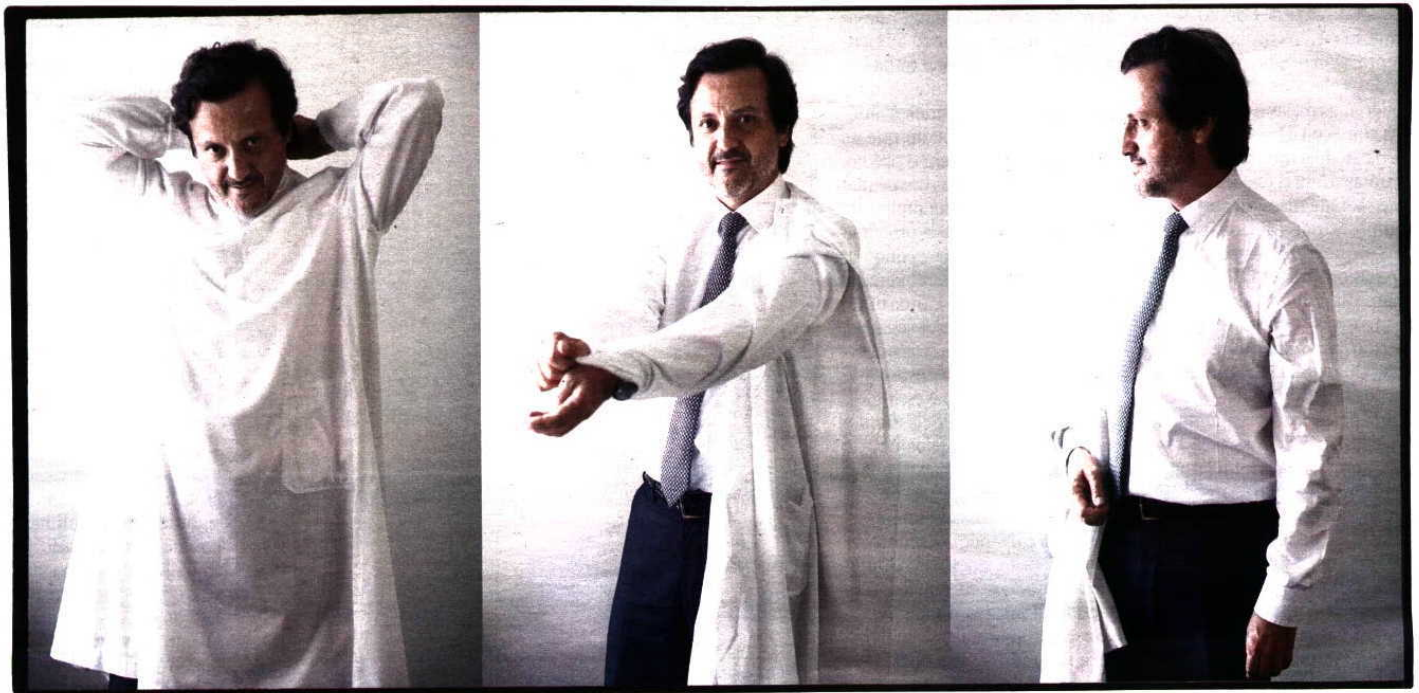




Orlando Monteiro da Silva Bastonário dos Médicos Dentistas e presidente do CNOP

“Introduzir regras de controlo nas ordens é um erro crasso”



Texto **RICARDO MARQUES**
Fotos **JORGE SIMÃO**

Orlando Monteiro da Silva, médico dentista, é a voz de 300 mil pessoas. E mais algumas, já que há dias os nutricionistas juntaram-se ao Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP), organismo a que preside. Com uma nova lei a caminho, e uma audição no Parlamento na terça-feira, o bastonário dos bastonários avisa: o poder político não pode controlar as ordens.

■ A agenda da reunião do CNOP desta semana prometia. A nova lei, uma carta contra o Governo... Foi mesmo animada?

■ Foi uma reunião intensa. Discutimos vários assuntos, um deles absolutamente crucial para o CNOP, a lei-quadro das ordens — o que consideramos ser a governamentalização das ordens.

■ Em que se traduz essa governamentalização, por exemplo, na área da saúde?

■ Significaria uma tutela do ministério para aprovação de especialidades, regulamentos, está-

gios, regras de formação contínua, normas de orientação clínica, éticas, etc. A proposta de lei diz, e bem, que uma função primordial das ordens trata da regulação do acesso e exercício das profissões. Ora, é contraditório afirmar-se que não podem praticar atos ou aprovar regulamentos que restrinjam o acesso e exercício das mesmas.

■ Mas nem todas as ordens têm exame de acesso.

■ É verdade. A maioria não tem exame de acesso à profissão.

■ As regras não deviam ser iguais para todos?

■ As 15 profissões têm características muito diversas e as qualificações académicas nem sempre representam acesso direto ao título profissional. O acesso já está regulado por legislação comunitária. Não há nada a inventar. Estamos é contra a contradição de delegar nas ordens profissionais a autorregulação e, ao mesmo tempo, querer impor um controlo das ordens por diferentes ministérios. Isso é uma interferência perfeitamente intolerável. Coloca em causa

o princípio da autonomia dos profissionais.

■ É quase como tentar saber quem polícia o polícia.

■ Mas as ordens são controladas por diversos organismos. O Tribunal de Contas, os tribunais. As decisões das ordens são recorríveis para os tribunais. A tentação de ter as ordens sob controlo é que nos parece ser de evitar da parte de qualquer Governo. Aliás, contradiz a ideia, que tem vindo a ser expressa por este Governo, de dar autonomia. As profissões devem ser acarinhas e não subjugadas. Seria um retrocesso enorme ter esta governamentalização das ordens expressa na proposta de lei. Espero que os deputados estejam sensíveis para isto.

■ Podemos falar com o médico dentista agora?

■ Sim, com certeza.

■ Como está o sorriso dos portugueses?

■ Julgo que, apesar de não termos motivos para rir, a saúde oral tem vindo a melhorar nos últimos anos. Mas cerca de me-

“ORDENS CUMPREM”

No fim de agosto, após um ano de discussão, a **Ordem dos Médicos teve de aceitar uma aluna formada em Inglaterra. O bastonário disse que cumpria, apesar de não concordar. Valeu a pena tanto tempo?**

As regras são muito claras a nível comunitário. Há livre circulação de serviços na União Europeia e não há muito a inventar nesta matéria. Não gostaria de me pronunciar sobre a questão em concreto porque não a conheço. Mas, de forma geral, as regras são claras e as ordens limitam-se a cumprir exemplarmente o que está em vigor.

tade da população não tem acesso a cuidados, ainda que básicos, de medicina dentária. Evoluímos de um povo de desdentados para índices melhores.

■ Já sabe o que vai dizer aos deputados na terça-feira?

■ Vou dizer-lhes que o capital social das ordens e dos profissionais é muito importante e que tem de ser estimulado e acarinhado para podermos concorrer no espaço europeu. Introduzir regras de controlo seria um erro crasso e que só faria retrair ainda mais a sociedade civil.

■ A carta do bastonário da Ordem dos Médicos era bastante crítica da ação do Governo. Usava mesmo o termo “incompetente”. É uma interferência das ordens na esfera da política?

■ O CNOP não se exime de apresentar propostas construtivas para o país, nesta fase de crise económica e financeira, mas isso tem de ser feito de forma transversal e consensual. E a carta não gerou consenso, quer no conteúdo quer na forma e oportunidade de divulgação.

rm Marques@expresso.imprensa.pt